

A IMAGEM DA POLÍCIA MILITAR NA IMPRENSA, A RELAÇÃO DIALÓGICA COM A POPULAÇÃO E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Luiz Ricardo dos Santos¹

RESUMO: Há uma percepção de senso comum em parte da sociedade brasileira que apresenta uma estrutura de imagem da polícia e suas respectivas forças de segurança como violenta, apartada dos princípios dos direitos humanos, desrespeitosa frente aos princípios constitucionais. Uma imagem que se populariza na imprensa, nas redes sociais, nos discursos diversos de agências de socialização e que afeta, em grande medida, a formação da representação social destes organismos que tem, em sua missão laboral e compromisso social, a defesa da própria população. Este artigo, sob o aporte de referenciais bibliográficos clássicos e contemporâneos, visa tecer esta realidade situacional, investigando os sistemas de comunicação entre este órgão do Estado e a população. A metodologia utilizada é a qualitativa, a partir dos estudos e reflexões de pesquisas e referências de autores que tratam do tema, objetivando a apresentação de um cenário que se contrapõe – o que é pautado na imprensa com a realidade situacional vivenciada pelos profissionais policiais.

Palavras-Chaves: Representação Social. Polícia Militar. Imprensa. População. Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

A imagem da atuação dos profissionais de segurança pública – em especial os policiais militares – na sociedade contemporânea, está bastante atrelada à imagem de uma sociedade cada vez mais violenta, com altas taxas de criminalidades das mais diversas manifestações. A polícia precisa investigar, e agir, de forma coerente e enérgica para que consiga combater de forma eficiente o avanço da criminalidade e os efeitos nefastos diversos que acometem a sociedade civil. Neste sentido, no âmbito do enfrentamento aos crimes e criminosos, o policial acaba sendo o que vivencia a maior experiência de desconstrução da sua estrutura de imagem ou desgaste na representação social, já que parte destes enfrentamentos acaba sendo

¹Policial Militar na PMPR. Bacharel em Administração de Empresas e Administração Rural. Especializações em Direito Militar, Direito Ambiental, Gestão de Logística, Gestão Ambiental, Armazenagem de grãos e Segurança Alimentar, Técnico em Segurança do Trabalho.

acompanhado em tempo real ou disseminado pelas diversas mídias e imprensa, que direcionam um olhar especial, e mais atento, às ações laborais destes profissionais.

Claro que existem situações de abusos por parte de muitos profissionais da segurança, que acabam desabonando a missão e a honra dos policiais e sua coletividade. Nestes casos, é muito importante, necessário, de fato, que existam denúncias, investigações e punições severas, para que a corporação e os bons policiais não sejam manchados em sua representação social na comunidade.

Este presente artigo pretende colaborar com os esforços e a reflexão acerca de como pensar a imagem, que sabemos ser recheada de discursos e sentidos, operacionalizando a construção da subjetividade humana acerca dos contributos dos policiais e seus serviços ao Estado de Direito. A atuação policial, por si só, é uma narrativa constante à população. Seja ela, uma narrativa de segurança, temor, confiança, proteção; ou ainda de medo, receios, desconfiança. Estas narrativas implícitas estão alocadas no senso comum, no imaginário popular, potencializados, nos diversos recortes temporais.

Houve períodos em que o sonho de muitas crianças eram ser policiais ou bombeiros. Estes profissionais eram “queridos” e “respeitados”, nos diversos espaços sociais – escolas, igrejas, associações culturais e comunitárias, entre outras. O imaginário, a subjetividade, atrelavam a representação destes atores sociais ao estado de herói, referência em disciplina, respeito, cuidados, amor, garantias. Com os recortes temporais – os períodos do tempo -, os avanços das tecnologias, as mídias digitais, as produções de programas televisivos jornalísticos/policiais que intensificam, em detrimento de audiências, uma estruturação imagética de desconstrução do imaginário positivo que ora atrelava-se (mas, ainda atrela-se), ao policial.

Neste sentido, faz-se necessário refletir sobre alguns pontos, acerca da representação social (seu significado, a intersecção com estes profissionais, o papel na comunidade e a ótica empregada pela imprensa). É importante destacar, ainda, que os policiais, em seus processos de formação, atendem à Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Em sua estrutura metodológica, trabalha o pleno desenvolvimento de valores, ética, atitudes de proteção civil, um aspecto focado à gestão da preservação e prevenção da vida e da ordem. Portanto, os policiais vivenciam uma formação ampliada sobre processos de enfrentamentos,

como, também, vertentes sobre direitos humanos, cidadania e direitos, além de um foco psicossocial.

Quando abordamos o aspecto da atuação do sujeito policial na comunidade onde está inserido, faz-se necessário, também, destacar, primeiro, que sua prática laboral é orbitada por muitas complexidades, que envolve o pleno êxito do trabalho, a busca pelo reconhecimento da sociedade civil, das autoridades, da academia científica, e também da imprensa (esta, por sua vez, que, por vezes, é suporte de muitas críticas envoltas à percepção unilateral, enviesada, dos processos e trabalhos).

O policial atua, em sua prática diária, sob o aporte de conhecimentos, principalmente, da ordem jurídica e psicossociais, pois ele sabe que não pode ultrapassar as linhas constitucionais do direito, bem como também saber nortear processos biopsicossociais. Neste sentido, o policial é alvo constante da Imprensa para poder tornar-se pauta – de ordem positiva ou negativa -, seja esclarecendo situações de confrontos e orientações, ou mesmo, alvo de espetacularizações. Seja rádio, jornal impresso, mídia televisiva, portais de notícias na internet ou grupos/páginas de redes sociais, sempre direcionam interesse neste público laboral, justamente pelos aspectos norteadores da profissão e suas consequências.

O Policial como sujeito social

O policial é um funcionário público, concursado e pago pelo estado brasileiro, através dos impostos pagos pela população. É um servidor de carreira, que tem o compromisso de defender a população. Mas, também se faz necessários desatacar que este profissional é um sujeito social. Ou seja: é pai, mãe, avô, avó, tio, filho, cidadão possuidor de direitos humanos e sociais, obrigações e compromissos éticos e cívicos. Portanto, um dos aspectos que este presente artigo busca congrega é o fato de que este profissional, assim como qualquer outro, é um sujeito de historicidades, identidades, memórias e representações, sendo, portanto, afetado, também, pelos processos laborais e pelos informes e críticas eventualmente disseminadas nos mecanismos de comunicação.

Neste aspecto, é importante pensar sobre a representação social deste sujeito. Primeiramente, associando às reflexões de Goldstein (2003), grande parte da forma como o policial entende seu espaço laboral e suas metodologias de trabalho está ligado à sua formação

(primeira, ou continuada) que estabelece, sob o aporte dos referenciais científicos, dos ordenamentos jurídicos e do manual de atuação do órgão, os princípios e diretrizes que irão estabelecer as práticas laborais. O autor destaca que esta observação do perfil deve ocorrer nos cursos de formação, recrutamento, treinamento e na cultura organizacional do organismo – principalmente em caráter de formação continuada -.

Thompson (1996) diz que as profissões estão relacionadas a perspectiva de construção do sujeito social que a desenvolve, principalmente na forma em que emprega as relações sociais, a interação (que pode ser verbal ou não verbal), a reprodução dos valores e crenças que concedem ao sujeito elementos dentro de uma determinada ideologia por ele escolhida (que todos têm), que por sua vez será defendida por ele e poderá garantir a adesão de outras pessoas incluindo, é claro, o cidadão que compõe as forças policiais.

Isso que dizer, neste tópico do sujeito social, que o policial emprega suas ações com base em todos os elementos anteriormente citados – normativas estabelecidas, aspectos da formação no âmbito psicossocial, no entendimento da legislação -, mas, também, suas atitudes estão muito alocadas na sua perspectiva de mundo, com suas crenças, empatia, alteridade, senso de justiça. O sujeito policial também vivencia a experiência do medo, dos receios, dos traumas, das complexificações emocionais e psicossociais, as patologias diversas advindas de fenômenos que afetam o corpo. Portanto, o policial é, também, um sujeito humano, embalado nas dimensões biopsicossociais.

419

O enfrentamento ao crime organizado, a disponibilização da própria vida em defesa do próximo que, nem sempre, é conhecido, mostra o quanto este profissional requer valorização nos diversos aspectos: profissional, salarial, social e pela imprensa. As situações de conflitos, muitas vezes em lugares dominados pelo tráfico de drogas e pelas milícias, potencializam uma série de riscos. Por isso, chama a atenção a forma como o policial – e sua respectiva abordagem e prática laboral – visita, em constância, as páginas dos jornais e portais de notícias – além de redes sociais -, de forma nem sempre verdadeiras e positivas. Pelo contrário: em casos constantes, como o algoz social.

A instituição da Polícia tem observado esta questão, enquanto fenômeno, ao longo dos últimos anos. Muitas iniciativas, de aproximação com a comunidade e as suas respectivas agências de socialização, têm fomentado parcerias e elevado o grau de confiabilidade e

referência, visando a desconstrução de imagem negativa que circulam na mídia. Pensar sobre este aspecto e o quanto estas construções negativas de estrutura de imagem características de ataques à honra e às imagens da instituição policial é importante para que a sociedade civil possa, também, observar e comparar os trabalhos de atenção e direcionamento de estratégias para proteção da população empregada pela polícia.

O próprio setor de Comunicação Social dos órgãos policiais já observa este fenômeno como importante foco para o combate às fake News, ou mesmo às pautas publicizadas que atentam contra o órgão, sem comprovações ou evidências, mas, sim, sob aportes de subjetivismos e senso comum. Portanto, faz-se necessário direcionar a ótica para o planejamento estratégico dos setores de comunicação, que necessitam pavimentar caminhos para tornar clara e rápida as disseminações de informações possíveis para atender a população e frear avanços de discursos não condizentes com a realidade e desconstruídos, que visam apenas o ataque em forma de produção de sentidos.

Margarida Kunsch (2003) evidencia um conceito de comunicação proposto por Kunsch:

Entendemos por comunicação integrada uma filosofia direcionada a convergência das diversas áreas, permitindo uma atuação sinérgica. Pressupõe uma junção da comunicação institucional, da comunicação mercadológica, da comunicação interna e da comunicação administrativa, que formam o mix, o composto de comunicação organizacional (KUNSCH, 2003, p. 14)

420

Os campos estratégicos da comunicação social à serviço da Polícia, em seus respectivos setores de Comunicação Social, podem congregam várias contribuições, das várias áreas da comunicação – jornalismo, publicidade, comunicação institucional, relações públicas, Comunicação Digital, entre outras -. Todas estas ações, congregadas, podem tecer caminhos táticos e estratégicos para que a comunicação da polícia seja afirmativa no sentido da prevenção e do combate ao crime organizado, mas, também, no sentido de mobilizar formas de aproximação e diálogo com a população, estreitando os ecossistemas comunicacionais e articulando uma produção de sentidos que resulte em um redirecionamento de ótica da população sobre o papel dos policiais na sociedade. Para Chiavenato, “comunicação é a transferência de informação e significado de uma pessoa para outra pessoa” (CHIAVENATO, 1994), portanto, é a consolidação de caminhos que torna possível o entendimento dos dados e o consumo crítico do sentido daquela informação.

A Representação Social do Policial Militar

Quando refletimos sobre o campo da Representação Social, buscamos atrelar aos sentidos inseridos nos discursos ou imagens de algum sujeito social ou instituição em uma comunidade. O objetivo deste artigo também perpassa pela decodificação das representações que os profissionais da segurança pública, em especial os policiais militares, têm na construção dos sentidos e das relações junto à população. É a forma como esta operação de manifestação culminará em uma melhor comunicação entre os sujeitos sociais.

Interessante este aspecto, pois, as representações permitem avaliar um “ser percebido” – em um sujeito ou grupo social estabelecido -, trazendo à reflexão a luta simbólica destes sujeitos policiais na estruturação da presença junto à comunidade.

Ao encontro desta premissa, Jodelet (2001), diz que a representação “é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (p. 22). Da mesma forma, Chartier (2011) aborda o contexto social como elemento fundamental para o entendimento da historicidade do sujeito e das relações estabelecidas em uma perspectiva de bem comum.

As representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, do mundo social. [...] É a partir da hipótese da ‘realidade de representação’, ou, dito de outra forma, da força social das percepções do mundo social, que vários estudos foram desenvolvidos (CHARTIER, 2011, p.28).

421

O autor chama a atenção para o fato de que a representação social é um constructo. É elaborado, conforme o tempo, a aproximação, a estrutura da confiabilidade. Neste sentido, lembramos das atuações dos policiais militares em diversas frentes de atendimentos à população, seja em programas e políticas de atendimentos à criança e adolescentes, como são os casos da Patrulha Escolar e do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), palestras e atividades junto aos movimentos culturais e escolas; ou, ações que relacionam-se com a comunidade, como a Polícia Cidadã – desenvolvidos em muitos estados -.

Santos (2022) afirma que o policial militar é o profissional da segurança pública que mais está em alerta máximo, em todos os ambientes em que frequenta, tanto para atender a população que espera dele ações e atitudes heroicas, imediatas e de soluções objetivas, quanto dele próprio, em uma constante observação para proteção de sua vida.

O policial é refém de sua representação social na igreja em que frequenta, no mercado em que visita, no bairro onde reside a família, na praça onde leva os filhos ou netos para o passeio, na universidade em que estuda. Em todos os ecossistemas sociais em que insere-se ele carrega, de forma ampla e em alerta constante, a representação social que seu cargo e profissão exige, estabelecendo, assim, uma pressão constante que impulsiona tensões e pode acarretar gatilhos perigosos, mesmo nestes ambientes que não configuram o da prática laboral do policiamento (SANTOS, 2022, p. 330)

É por isso, inclusive, que o advento de problemáticas psicossociais, emocionais, são preocupações, também, dos profissionais e pesquisadores deste campo laboral.

O policiamento comunitário promove a integração dos esforços da polícia e da comunidade na tentativa de eliminar as causas da violência, estabelecendo um diálogo ampliado, uma presença mais afirmativa – gerando mais confiança e respeito -. Este sistema integra a polícia e a comunidade, inclusive, na proposição de diretrizes e definição de prioridades – calcados, também, na articulação de políticas públicas, em relação à prevenção criminal. Portanto, a comunicação é um elemento essencial para este ímpeto, perpetrando, neste tipo de policiamento o comunitário - um aumento da segurança e da motivação dos policiais e dos membros da comunidade no enfretamento da criminalidade. Esta intersecção de atores sociais e estratégias contribuem para a afirmação da estrutura de imagem e de representação social dos policiais na comunidade, inclusive, fomentando diminuição da violência, do crime organizado, estabelecendo um status sociais diferenciado (SANTOS, 2021, p. 468)

É necessário pensar a representação social, pois, é o profissional que coloca-se como mediador dos conflitos, buscando a solução mesmo diante de afrontamentos e riscos de vida. É o profissional que integra conselhos comunitários, projetos sociais, é convidado a palestrar, integrar campanhas sociais. Isso prova o quanto a representação social do policial militar é parte inerente da construção da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem é o policial militar? Que sujeito social é este que, com o seu trabalho, coloca em risco a própria vida em prol de cidadãos nem sempre por ele conhecidos? Qual a importância destes atores em uma comunidade? Qual a sua representação social? Como é a presença do Policial nos espaços midiáticos diversos? Estas são algumas questões que este artigo busca provocar reflexões e responder, a partir de referenciais teóricos clássicos e contemporâneos.

Dentre estes aspectos, também figura-se o aporte reflexivo sobre o sujeito social do policial, suas formações, e complexidades biopsicossociais. São eles, os policiais, primeiramente lembrados pela população em situações de violência, crimes, ameaças à vida, furtos. Neste sentido, é o profissional que está sempre disposto à estratégia e táticas de defesa da população. Muitas vezes, colocando em risco, sua própria vida.

Este artigo também explora o aspecto da representação social individual e coletiva que embasa a prática laboral destes agentes. Estão alocados em ambientes sociais que requerem a presença nas diversas agências de socialização – escolas, igrejas, associações de bairros, conselhos comunitários, mídias, audiências públicas, entre outros -. Neste sentido, é o que carrega, durante todo o dia, a imagem do protetor social, mesmo estando em seu dia de folga ou com sua família. É o que precisa estar sempre em alerta, observando possíveis ameaças à sua vida, de sua família e da população. Neste aspecto, pensar a representação social destes profissionais e sua formação – principalmente psicossocial – faz-se necessária no âmbito da epistemologia científica, o que justifica, inclusive, este artigo, orquestrando uma pavimentação de reflexão sobre o tema e instigando novas reflexões para o aprofundamento da investigação.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

CHIAVENATO, Idalberto. Gerenciando pessoas: O passo decisivo para a administração participativa. 2.ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

GOLDSTEIN, Herman. Policiando uma Sociedade Livre. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Série Polícia e Sociedade, n. 9).

423

THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação em massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

KUNSCH, Margarida. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. São Paulo: Summus, 2003.

CHARTIER, Roger. “Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas”. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). Roger Chartier – a força das representações: história e ficção. Chapecó: Argos, 2011. p. 28.

JODELET, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: UERJ.

SANTOS, Luiz Ricardo. Os desafios da saúde psicológica dos policiais militares. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.8.n.09. set. 2022, p. 330-339.

SANTOS, Luiz Ricardo. Policiamento Comunitário: a aproximação da polícia militar junto à comunidade. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.7.n.12.dez. 2021, p. 462-471.